

Estado de Felicidade dos Residentes da Região Metropolitana de Recife: qual a importância dos fatores socioeconômicos e locais?

Roberta Moraes Rocha¹
Emanoel Souza Barros²
Uranilson Barbosa Carvalho³

Resumo: Este artigo visa analisar os fatores socioeconômicos e locais, características da localidade onde o indivíduo mora, que estão correlacionados com o estado de felicidade de uma amostra de 700 indivíduos residentes da região metropolitana do Recife. Para isso, foi feita uma análise descritiva dos dados e, em seguida, a estimação de um Modelo *Logit* e *Probit* Ordenado com o intuito de investigar se esses fatores influenciam o estado de felicidade dos entrevistados. Os principais resultados obtidos pela estimação do modelo de regressão apontam que se o indivíduo for assalariado ele tem uma maior probabilidade de se considerar feliz, em comparação com os que não exercem atividade remunerada. Do mesmo modo, aqueles que possuem imóvel próprio, que são satisfeitos com o trabalho e que se sentem seguro onde mora são mais propensos a serem felizes. Também há indicações de que a renda e o nível de educação formal influenciam positivamente no estado de felicidade dos entrevistados, bem como o fato de ser casado.

Palavras-Chave: Bem-estar. Felicidade. *Logit*.

1 roberta_rocha_pe@yahoo.com.br

2 embarros2002@yahoo.fr

3 uranilson@yahoo.com.br

Abstract: This article aims investigate the happiness level on a sample of 700 residents in Metropolitan Region of Recife. First, we made a descriptive analysis of this sample and, after that, we estimated a logit model to investigate variable that would be influence this happiness level. Descriptive analyses shows that belong to gender (male or female) itself is not significant to change the happiness level. But when we cross gender with income the sample of female are more sensitive to changing in revenue. Age is not significant to happiness level. Results of logit estimations show that employees are happier. There were positive correlation between income and education. Married sample are happier that single people.

Key-Words: Welfare. Happiness. Logit.

I Introdução

O termo “felicidade” está associado a muitos conceitos e noções, tornando o objetivo de especificá-lo uma tarefa bastante trabalhosa. Normalmente, caracterizar a felicidade implica em “quantificar” o bem-estar humano em duas principais vertentes: uma objetiva, ligada diretamente a indicadores numéricos de condições de vida (nutrição, saúde, renda, moradia, criminalidade, dentre outros) e outra subjetiva, atrelada às experiências dos indivíduos sobre o que ele pensa em relação à vida que tem levado. O tema é tão importante que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 2011) que classifica a “felicidade” como “objetivo humano fundamental”, o qual tem por objetivo incentivar os países a adotarem políticas que estimulem a “felicidade”.⁴

O estado de felicidade de um dado indivíduo pode gerar influência direta nos parâmetros básicos de escolha que o mesmo faz de bens, de lazer e de trabalho, chegando até a contribuir no nível de consumo agregado de um país. Segundo Fonseca (2002), tais objetivos chegam a se confundir, no sentido de definir de forma precisa quem influencia o quê. Uma das causas dessa dualidade está atrelada ao fato de que a maioria das pessoas

4 A resolução é intitulada com a seguinte frase, a felicidade: para um enfoque holístico do desenvolvimento e reconhece que a felicidade é “um objetivo e uma aspiração universal” que deve ser potencializada, porque é, além disso, “a manifestação do espírito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM).

não tem uma opinião formada sobre sua felicidade, ela pode mudar de acordo com a época, momentos econômicos ou contextos sociais.

Assim, diante de todos os efeitos potenciais que a felicidade pode desencadear sobre a qualidade de vida dos indivíduos de um grupo social ou até mesmo de um país, o enfoque dos estudos empíricos sobre o tema passou a se concentrar nos índices geradores de bem-estar ligados ao conjunto de fatores socioeconômicos específicos desses indivíduos. Assim, fatores como renda, educação, saúde, gênero, moradia, emprego, dentre outros, passaram a ser contabilizados como parâmetros demarcadores dos índices de felicidade entre indivíduos, sociedades e entre grupos pertencentes a uma mesma sociedade. O mais conhecido desses fatores, a renda, passou a não ser mais considerado pelos pesquisadores como o único fator gerador de bem-estar (ou felicidade), mas uma combinação da mesma com diversos fatores socioeconômicos intrínsecos a cada sociedade e que concorrem para consolidar os parâmetros locais de felicidade.

Corroborando com o exposto acima, o crescimento e desenvolvimento das cidades ao longo do século XX (grandes conglomerados de indivíduos) tem gerado diversas remodelagens nas configurações socioeconômicas dos indivíduos, criando impactos diretos sobre a qualidade de vida dos indivíduos que vivem nos grandes centros econômicos do mundo. A fim de analisar com precisão esses diversos contextos, cientistas econômicos passaram a se concentrar na análise da função de bem-estar dos consumidores considerando que, além daqueles fatores econômicos explorados tradicionalmente pela literatura, como, por exemplo, a renda, outros fatores socioeconômicos e locais, ao influenciarem a função de bem-estar dos indivíduos, também influenciam seu estado de felicidade. (ROSEN, 1979; ROBACK, 1980, 1982)

Além disso, o nível de renda passou a não ser mais analisado em seu nível absoluto, pois os indivíduos comparam-se entre si. O que conta nesse caso é a posição relativa do indivíduo no contexto socioeconômico em que o mesmo está inserido. Renda elevada não seria, portanto, sinônimo de bem-estar se o indivíduo não estiver inserido sócio e economicamente no contexto em que deseja se inserir. Assim, indivíduos que habitam grandes cidades teriam, em tese, necessidades socioeconômicas diferentes daquelas dos indivíduos que habitam, por exemplo, cidades menores ou o meio rural. A explicação é simples: indivíduos que habitam grandes centros ou grandes cidades têm necessidades e expectativas diferenciadas dos que habitam cidades menores e, desse modo, seus conceitos de felicidade estariam condicionados aos fatores próprios dos seus respectivos grupos sociais. (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006)

Considerando, portanto, todas essas nuances intrínsecas ao conceito de felicidade, o presente artigo visa identificar os fatores socioeconômicos, em especial, que podem influenciar o estado de felicidade dos indivíduos residentes da região metropolitana do Recife. Esse trabalho é feito através de um levantamento empírico do estado de felicidade de uma amostra de 700 residentes dessa região. Os dados foram coletados no ano de 2011 pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)/Grupo de Estudos do Macroambiente Empresarial de Pernambuco (GEMEPE). O artigo baseia-se em uma análise descritiva dos dados e na estimação de um Modelo *Logit* e do Probit Ordenado com o intuito de investigar os fatores sócios e econômicos que influenciam na probabilidade dos indivíduos se considerarem “felizes”. Este estudo torna-se ainda mais interessante para a região metropolitana do Recife, área caracterizada por ter uma estrutura produtiva regional muito diversificada e com diferentes níveis de desenvolvimento, além das significativas disparidades de renda que nela impera, as quais podem ser potencializadas quando se compara o bem-estar e “nível de felicidade” entre os residentes.

Além desta introdução, o artigo está estruturado com uma seção que descreve a revisão da literatura. A seção “Modelo Empírico” mostra o modelo empírico a ser utilizado na estimação dos índices de felicidade. A seção “Base de dados” faz uma descrição detalhada dos dados. Na seção “Análise das Regressões” tem-se a análise dos resultados. E, por fim, são mostradas as considerações finais.

2 Revisão da literatura

É possível distinguir na literatura duas principais vertentes empíricas que procuram investigar os fatores que influenciam a função de bem-estar dos consumidores: a primeira se concentra na construção de índices de qualidade de vida com o propósito de ranquear as localidades pelo nível de bem-estar que elas proporcionam aos seus moradores; centra sua análise na valoração dos bens públicos sobre o bem-estar dos consumidores com base no critério da propensão marginal a pagar a partir de dados secundários. A segunda considera que a felicidade é um sentimento “estado” momentâneo de cada indivíduo e utiliza na sua análise dados primários.

Na primeira vertente, o enfoque principal é identificar o valor que as pessoas estão propensas a pagar por cada atributo local que foi suposto influenciar a sua função de utilidade e construir, assim, um “índice de qualidade de vida local” com base na propensão marginal a pagar por estes

atributos. Como exemplo deste esforço de pesquisa cita-se o trabalho seminal de Roback (1982), o qual propõe um índice de qualidade de vida construído a partir dessa ideia. Contudo, para a estimação do índice de qualidade de vida proposto por Roback (1982) seria necessário que o pesquisador observasse todos os fatores que influenciam a função de bem-estar dos indivíduos, o que é pouco provável que aconteça na prática.⁵ Portanto, cabe ao pesquisador determinar quais os atributos locais que seriam considerados no exame empírico, o que depende de cada objetivo de pesquisa. Desse modo, reconhece-se que o índice de qualidade de vida proposto por Roback (1982) é uma medida relativa, que captura apenas a qualidade dos atributos locais que foram considerados na análise pelo pesquisador.

Kahneman (2000) é um dos grandes representantes da segunda vertente. Ele propõe uma análise crítica das abordagens tradicionais propostas por Roback (1982) e defende a ideia de que tais abordagens não levam em consideração àqueles fatores, que são determinados por experiências vividas em um determinado momento pelo consumidor, e que influenciam conseqüentemente a sua função de utilidade. O seu questionamento pode ser resumido através da seguinte pergunta: será que a partir da obtenção do valor que os consumidores estão dispostos a pagar pelo consumo das amenidades locais, obtido pelo conceito da propensão marginal a pagar, pode-se intuir se ele estaria mais feliz se morasse na localidade “i”, alternativamente a localidade “j”? Kahneman (2000), portanto, argumenta que para responder a essa pergunta é necessário construir uma medida que considere os fatores que influenciam o estado de felicidade do indivíduo, os quais não podem ser capitados por experiências passadas, já que a felicidade do indivíduo é um estado de momento.⁶

Além dos trabalhos de Roback (1982) e Kahneman (2000), deve-se levar em conta as contribuições de Deaton e Muellbauer (1980), Jorgenson et al (1980), Fisher (1987, 1990), Pollak (1991), Deaton (1995) e Slenisk (1998), os quais pioneiramente adotaram procedimentos de aplicação de questionários a amostras de população visando quantificar o grau de “felicidade” ou “satisfação” desses indivíduos através de uma série de perguntas ligadas direta e indiretamente ao bem-estar deles. Baseando-se nesse mesmo contexto, Frey e Stutzer (1999, 2002), através de uma aplicação

5 Nessa linha de argumentação, um debate em torno do tema “felicidade humana” vem tomando um crescente espaço na literatura sobre economia do bem-estar ou economia da felicidade (ver, por exemplo, Kahneman, (2000).

6 É importante salientar que estudos empíricos sobre “felicidade humana” devem se basear em informações primárias, a partir de relatos dos indivíduos sobre o seu estado de felicidade, o que pode representar uma limitação quando o objeto de estudo envolve uma grande amostra.

de questionários para uma amostra de mil residentes americanos, encontram uma relação positiva entre renda e felicidade nos Estados Unidos. Em ambos os períodos analisados, de 1972-1974 e 1994-1996, a média da felicidade parece aumentar conforme aumenta a renda. Estudos com dados de países europeus revelam cenários semelhantes. (OSWALD, 1997) Renda adicional, entretanto, não aumenta a felicidade infinitamente, pois a sua utilidade marginal é decrescente, em relação ao bem-estar. A maior parte desses trabalhos usou os modelos Logit e Probit Greene (1993) para estimar tais resultados.

Frey e Stutzer (2002) encontraram uma relação positiva entre renda e felicidade nos Estados Unidos. Em ambos os períodos analisados (1972-74 e 1994-96) a média da felicidade pareceu aumentar conforme o aumento do nível de renda. Estudos com dados de países europeus revelaram cenários semelhantes. (OSWALD, 1997) Renda adicional, no entanto, não fez os índices de felicidade aumentar indefinidamente. Ao contrário, houve forte indicação de que a renda teria utilidade marginal decrescente em relação ao bem-estar. Helliwell (2003) encontrou evidências dessa utilidade marginal decrescente ao analisar dados das três *Waves* da *World Value Survey*.

Para o Brasil, destaca-se o trabalho de Corbi e Menezes-Filho (2006), os quais também usaram a base de dados das três *Waves* da *World Values Survey* para comparar o grau de correlação entre nível de renda e um indicador de felicidade para cinco países, enfatizando o caso brasileiro. Os resultados mostraram que, no Brasil, as pessoas mais ricas e com emprego têm mais chance de ser felizes. Além disso, indivíduos casados mostraram-se, na média, mais felizes que os outros. Com exceção do Japão, todos os países analisados apresentaram relação positiva entre casamento e felicidade. A renda apresentou correlação positiva com o nível de bem-estar subjetivo das pessoas, para todos os países analisados. Os resultados apresentaram uma relação convexa entre idade e felicidade, com ponto de mínimo por volta dos 54 anos.

Além desse, Marinho e Araújo (2010), usando dados relativos ao Índice de Gini, ao quantitativo de pessoas desocupadas, tentaram verificar se os benefícios pagos pela previdência social rural no Brasil contribuem para a redução da pobreza nessa região e se apresentam algum efeito significativo na sua dinâmica. Eles usaram para isso o Método dos Momentos Generalizados – sistema proposto por Blundell e Bond (1998).

3 Modelo Empírico

O Modelo *Logit* é estimado neste artigo com o objetivo de identificar, em especial, fatores sociais e econômicos que possam influenciar no estado de felicidade dos residentes da região metropolitana do Recife. Dessa forma, através dos resultados estimados a partir do Modelo *Logit*, é possível obter a probabilidade dos residentes que se considerarem felizes condicional as variáveis consideradas na pesquisa.

De forma genérica, o Modelo *Logit*, pode expresso como:

$$h\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = x_i' \mathbf{b} + u = Z_i \quad (1)$$

Onde " P_i " é a probabilidade de o evento ser observado com sucesso (se considerar feliz) para o indivíduo " i ", o vetor " x_i " inclui as variáveis explicativas para cada " i ", " \mathbf{b} " é o vetor dos parâmetros desconhecidos, e " u " é o vetor dos erros estocásticos.

O modelo empírico que se quer estimar, a partir do método probabilístico descrito acima, tem como variável dependente o estado de felicidade declarada pelo indivíduo, que assume valor igual a "1" se ele se considera feliz (neste caso considerou-se aqueles que se acham feliz ou muito feliz) ou muito feliz e "0" caso contrário (inclui os que se declararam infeliz ou pouco feliz). Esse modelo pode então ser expresso por:

$$feliz_i = b_0 + x_k' \mathbf{b}_k + u_i \quad (2)$$

Onde a variável dependente *feliz* representa o estado de felicidade do indivíduo conforme descrito acima. O vetor das variáveis explicativas, x_k , inclui informações sociais e econômicas do indivíduo, como também, dados de percepção do indivíduo sobre sua "segurança" no trabalho, sobre o local onde reside e também sobre variáveis financeiras. O termo de erro é dado por u_i .

Assim, se o coeficiente estimado, associado a uma variável explicativa, apresentar o sinal positivo haverá indicação de que a variável influencia positivamente o estado de felicidade do indivíduo. Caso contrário, a variável estaria associada a um estado de infelicidade ou pouca felicidade.

Cinco modelos foram estimados com este propósito de pesquisa. No modelo 1 buscou-se explorar a influencia de indicadores chaves no estado de felicidade dos entrevistados, relacionados a "ocupação do indivíduo" (tipo de vínculo empregatício e a percepção da sua satisfação com o seu trabalho); ao sentimento que o indivíduo tem sobre o local onde reside (se ele se sente seguro onde mora); e a sua riqueza (se ele tem imóvel próprio).

Desse modo, considerou-se uma variável *dummy* que descreve a ocupação do indivíduo: se é autônomo ou empregado atribuiu-se à variável valor igual 1 (as categorias de comparação estão ligadas às opções estudante ou “do lar”). Se o indivíduo for satisfeito ou muito satisfeito com o seu trabalho a variável assume valor igual 1 (as categorias de comparação são pouco satisfeito ou insatisfeito com o seu trabalho). Se o indivíduo se sente seguro onde mora, esta variável tem valor igual a um 1 (0, caso contrário). Se o mesmo possui casa própria, será dado o valor igual a 1 (0, caso contrário).

Com o objetivo de verificar se há diferenças no estado de felicidade entre homens e mulheres, assim como, entre diferentes “estado civil”, estimou-se o modelo 2, no qual considerou-se variáveis *dummies* para o gênero do indivíduo; se for homem recebe valor igual a 1 (0, caso contrário). Para a situação conjugal, criaram-se três variáveis *dummies*: se casado atribui-se valor 1 (0, caso contrário); se divorciado tem-se valor 1 (0, caso contrário) e se for viúvo tem-se valor igual a 1 (0, caso contrário). O estado civil “solteiro” foi a categoria de comparação. Esse modelo foi estimado com o propósito de investigar se de fato – por assumirem diferentes posições na sociedade por desempenharem, em média, funções diferentes no mercado de trabalho, como também, na família –, o gênero do indivíduo influencia no seu estado de felicidade. E, além disso, se o estado matrimonial exerce influência na percepção dos indivíduos sobre o seu estado de felicidade, dado que, entre outros motivos, ele pode ser um fator de *status* para o indivíduo perante a sociedade.

No modelo 3, verifica-se a influência do grau de escolaridade do indivíduo no seu estado de felicidade incorporando no modelo três variáveis *dummies*: *Dummy 1* – “Fundamental Completo”. Nesse caso, assume-se valor igual a 1 se o indivíduo tem ensino fundamental completo (0, caso contrário); *Dummy 2* – valor 1 para “Ensino Médio” (0, caso contrário); *Dummy 3* – valor 1 para “Superior Completo” (0, caso contrário). A categoria de comparação foi “Analfabeto”. Controlou-se a influência dessas variáveis no estado declarado de felicidade do indivíduo pelo seu tipo de ocupação, se é autônomo (igual a 1; 0 nos outros casos) ou se é empregado (igual a 1; 0 nos outros casos). Intui-se que a escolaridade formal dos indivíduos por estar relacionado diretamente com a sua renda e, além disso, por ser um fator no Brasil que ainda influencia o indivíduo a ter “melhores” posições no mercado de trabalho pode ser um dos fatores condicionantes no estado de felicidade dos entrevistados.

Considerando a renda como o tradicional e principal indicador explorado pela literatura econômica como variável explicativa da função de bem-estar dos consumidores, estimou-se um quarto modelo com esta variável. No quarto modelo inclui-se três *dummies* referentes ao nível de

salário do indivíduo: se ele recebe de 1 a 2 salários mínimos tem-se valor igual a 1 (0 nos outros casos); se recebe de 2 a 5 salários mínimos, valor igual a 1 (0 nos outros casos); e mais de 5 salários mínimos (valor igual a 1; 0 nos outros casos). A categoria de comparação é dada pela variável “indivíduo recebe menos de 1 salário mínimo.

No modelo 5, investiga-se se a diferenças entre a percepção do indivíduo sobre como o seu estado de felicidade de acordo com a faixa etária dos mesmos. As variáveis explicativas são *dummies* para faixas etárias: valor 1 para os indivíduos que possuem entre 16 e 25 anos (0 nos outros casos); valor 1 para os indivíduos que possuem entre 26 e 35 anos (0 nos outros casos); valor 1 para os indivíduos que estão na faixa etária de 36 a 45 anos (0 nos outros casos); valor 1 para os indivíduos que possuem 46 a 60 anos de idade (0 nos outros casos). A categoria de comparação foram os indivíduos que possuem mais de 60 anos. O objetivo de estimar este modelo foi de verificar se há diferenças no estado de felicidade entre os trabalhadores em idade economicamente ativa e aqueles que já estão aposentados (ou em idade de se aposentar), em especial. Desse modo, os resultados deste modelo podem ser utilizados para inferir sobre a qualidade de vida das pessoas idosas em comparação a aquelas que ainda estão inseridas no mercado de trabalho, por exemplo.

Para dar robustez aos resultados do Modelo *Logit*, procedeu-se a investigação empírica estimando os cinco modelos a partir do *probit* ordenado, o qual é uma extensão do modelo univariado, por considerar a possibilidade de haver diferenças na influência dos fatores que levam os indivíduos a se considerarem em uma das quatro categorias analisadas, “Infeliz”, “Pouco Feliz”, “Feliz”, e “Muito Feliz”.

De acordo com Greene (2003), os Modelos *Probit* e *Logit* ordenados têm sido amplamente utilizados para analisar problemas onde se precisa dar ordenamento a variável dependente. Tais métodos são ferramentas eficientes para modelarmos fenômenos cuja variável dependente seja discreta e qualitativa, a qual assume valores que estabelecem um ordenamento das variáveis de forma a ponderar cada categoria da variável dependente.

Os Modelos *Probit* e *Logit* ordenado têm sido utilizados como estrutura de análise para dados que seguem a natureza descrita acima. O trabalho de Corbi e Menezes-Filho (2004), por exemplo, verifica os determinantes empíricos da felicidade utilizando um Modelo *Probit* Ordenado.

4 Base de dados

A análise baseia-se em dados primários coletados pelo Grupo de Estudos do Macroambiente Empresarial de Pernambuco (Gemepe), ligado à Faculdade Franssinetti do Recife (Fafire), o qual entrevistou um total de 700 indivíduos de 16 anos ou mais, residentes na região metropolitana de Recife, no período de 1 a 7 de fevereiro do ano de 2011. Os dados da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas individuais e pessoais.

Para a definição da amostra considerou-se um erro padrão de 5%. A composição da amostra respeitou a distribuição populacional entre os municípios da região metropolitana do Recife, a qual englobou 10 (dez) municípios, com quotas proporcionais ao número de moradores de cada um deles, conforme os dados de contagem da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso mais específico da cidade do Recife, respeitou-se a proporcionalidade das populações distribuídas nas Regiões Político-Administrativas (RPA).

A Figura 1 define a região Metropolitana do Recife com a indicação de cada um dos municípios que foram pesquisados. A amostra de residentes foi subdividida em três grandes áreas: Área 1, que compreende os municípios de Camaragibe, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu; Área 2, que engloba os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca; e a Área 3, que agrupa os residentes da cidade do Recife. Também foram respeitadas as quotas por sexo, idade, escolaridade e nível de renda. Além disso, utilizou-se como critério para a distribuição da amostra por classe econômica a Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), que estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas. Desse modo, adotou-se a seguinte distribuição: Classe A (Classe Alta): 5%; Classe B (Classe Média): 13%; Classe C (Média Baixa): 27%; Classe D (Pobre): 42% e Classe E (Muito Pobre): 14%.

Figura 1 – Mapa da região metropolitana de Recife



Fonte: GEMEPE (2011).

A Tabela 1 1 mostra o total da amostra de residentes por municípios e o percentual de residentes por área. Observa-se que, Na Tabela 1 1, dos 700 residentes entrevistados na região metropolitana de Recife, 315 (45% do total) destes residem na cidade do Recife. Do total de 195 residentes na Área 1, 130 (66,67% do total) habitam nas cidades de Olinda e Paulista. Já na Área 2, 65,26% do total de residentes da amostra habitam em Jaboatão do Guararapes e 22,11% habitam na cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Tabela 1 - Descrição da amostra dos residentes da região metropolitana por município

Área 1			Área 2			Área 3		
Município	Amostra.	%	Município	amostra	%	Município	amostra	%
Camaragibe	26	13,33	Jaboatão	124	65,26	Recife	315	100,00
Olinda	75	38,46	Moreno	13	6,84	-	-	-
Paulista	55	28,21	Cabo	42	22,11	-	-	-
Abreu e lima	16	8,21	Ipojuca	11	5,79	-	-	-
Igarassu	23	11,79	-	-	-	-	-	-
Total	195	100,00		190	100,00		315	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

No conjunto total da amostra, 49% são do sexo masculino e 51% são do sexo feminino. Quanto ao grau de instrução, 57% da amostra de residentes possuem somente o ensino fundamental completo, seguidos dos que concluíram o ensino médio (37%) e, por fim, daqueles que possuem nível superior completo e pós-graduação, que não chegam a ultrapassar 6%.

No tocante à idade, o percentual está bem distribuído entre a amostra de residentes da região metropolitana: 18% de ambos os sexos estão na faixa de 16 a 25 anos; 24% na faixa de 26 a 35 anos; 20% na faixa de 36 a 45 anos; e, 23% na faixa de 46 a 60 anos. Somente 15% possuem idade superior a 60 anos. Um fato relevante a ser notado dessa distribuição por idade é que 44% da amostra de homens e mulheres pertencem à classe dos 26 aos 45 anos.

Quanto à distribuição do nível de renda, foi utilizado o Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), que estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas. Assim, considerou-se pertencentes à classe E os residentes que ganham menos de 1 salário mínimo. Os que estão inseridos na classe D possuem um nível de renda variando entre 1 e 2 salários mínimos. Os residentes agrupados na classe C são aqueles que possuem renda entre 2 a 5 salários mínimos. A classe de renda B2 agrupa os residentes que ganham entre 5 e 10 salários mínimos. Os que pertencem à classe A1, A2 e B1 são os residentes que ganham acima de 10 salários mínimos. Assim, por essas definições, 82% da amostra de residentes da região metropolitana estão situados nas classes C, D e E.

5 Análise dos resultados

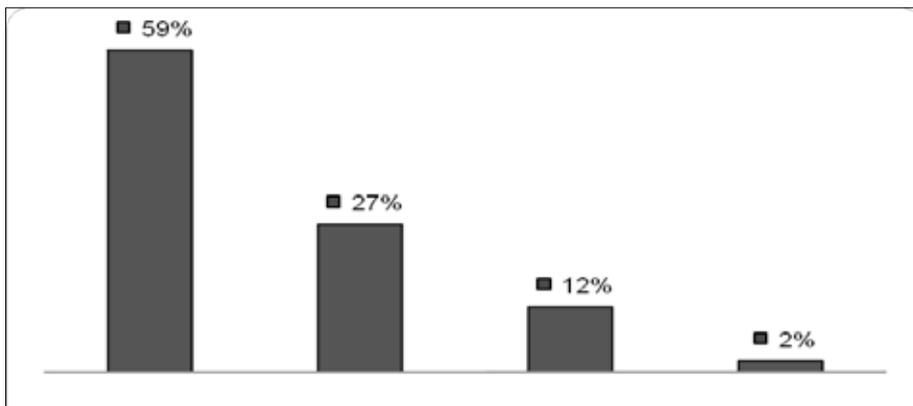
Esta seção subdivide-se em duas subseções, a 5.1 faz uma análise descritiva dos dados e a subseção 5.2 destina-se para a análise dos modelos de regressão que objetivam fazer uma relação entre o estado de felicidade dos indivíduos com suas características sociais, economias e locais.

5.1 Análise Descritiva dos Dados

O resultado geral da pesquisa (Gráfico 1) mostra que, dos 700 entrevistados, 59% da amostra de residentes da região metropolitana se consideram felizes, 27% se consideram muito felizes, 12% se consideram pouco felizes e 2% se consideram infelizes. Esse resultado refere-se somente à resposta do

grau de felicidade do indivíduo independente dos fatores socioeconômicos que possam influenciar esse nível. Ou seja, foi perguntado ao indivíduo qual o seu “estado nato de felicidade”.

Gráfico 1 - Resultado geral para a amostra de residentes da região metropolitana



Fonte: GEMEPE (2011).

Levando-se em conta os fatores que estariam por trás do aparente estado de felicidade, o entrevistado foi indagado sobre quais itens estariam diretamente ligados aos seus respectivos níveis de felicidade. Os itens enumerados pela pesquisa e apresentados aos entrevistados foram: “estabilidade no emprego”, “adquirir um bem”, “boa saúde”, “paz espiritual”, “todas as contas pagas”, “reunião em família”, “sucesso do time de futebol” e também foi proposta a opção “não sabem opinar ou responder”. Os principais resultados desta pesquisa mostram que o item “boa saúde” responde por 37% dos votos, seguido por “paz espiritual”, com 23% dos votos e “reunião em família” com 21% das indicações de votos. O item “estabilidade no emprego” responde por somente 8% dos votos e “adquirir um bem” por apenas 3%. Cerca de 1% dos entrevistados não souberam responder. Nenhum dos residentes ligou sua felicidade ao “sucesso do time de futebol”, um resultado bastante interessante.

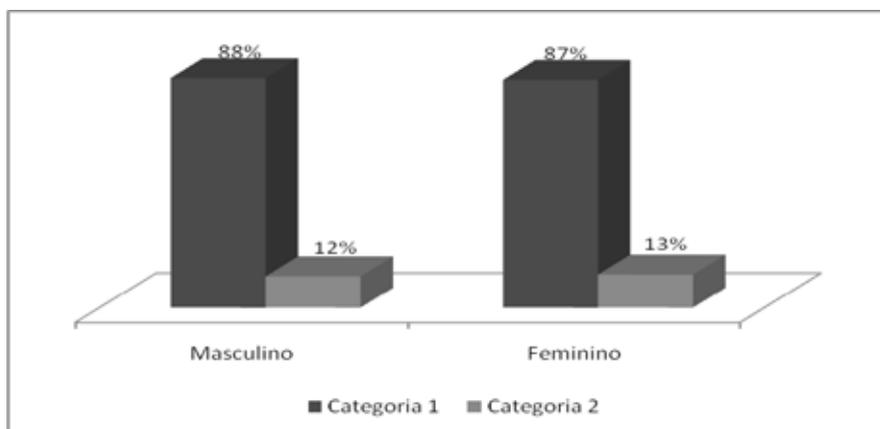
Para facilitar a análise empírica dos resultados os quatro *status* de felicidade (feliz, muito feliz, pouco feliz e infeliz) foram agrupados em apenas dois subgrupos: categoria 1, representando a amostra de residentes que definiu seu grau de felicidade como “feliz” ou “muito feliz”; e a categoria 2, que descreve a amostra que declarou estar “pouco feliz” ou “infeliz”. Essa subdivisão foi feita devido a micronumerosidade dos dados e também devido aos resultados quase idênticos encontrados para os indivíduos que

definiram seu grau de felicidade como “feliz” e “muito feliz” (categoria 1) e “pouco feliz” e “infeliz” (categoria 2).⁷

Outro ponto importante a se levar em consideração foi o fato da maior parte das variáveis serem representadas por *dummies*. Esse fato dificulta o cálculo de probabilidades condicionais para as análises descritivas do modelo. Portanto, tais probabilidades não foram usadas na análise descritiva deste artigo.

Assim, a partir das duas categorias usadas neste artigo, foi feita inicialmente uma análise por gênero (masculino ou feminino). Os resultados dessa análise estão no Gráfico 2 e mostram que praticamente não existe diferença em termos de felicidade entre os sexos masculino ou feminino. Os percentuais entre as categorias 1 e 2 são quase idênticos nos dois gêneros.

Gráfico 2 - Resultado por gênero na amostra de residentes da região metropolitana



Fonte: Elaborado pelos autores.

O percentual por faixa de renda para a amostra geral (masculino mais feminino) está descrito em detalhes na Tabela 1. Tem-se nessa tabela o quantitativo da amostra de residentes da região metropolitana distribuídos pelas quatro faixas de rendas analisadas na pesquisa: menos de 1 salário mínimo, de 1 a 2 salários mínimos, de 2 a 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos. Pode-se observar que, da amostra de 700 residentes,

⁷ Durante as entrevistas percebeu-se que o perfil dos entrevistados que se consideram “infelizes” se aproxima daqueles que responderam que eram poucos felizes. Esta evidência pode ser explicada pelo fato desses dois conceitos terem interpretações bem próximas e podem ser indicativo de infelicidade para alguns e de “pouca felicidade” para outros. Além do mais, o agrupamento de categorias similares permite observar com mais clareza a interação dos fatores socioeconômicos com o grau de felicidade da amostra de residentes sem a necessidade de recorrer a quatro subcategorias, o que geraria gráficos extensos, com inúmeras subdivisões.

314 (44,86% do total) se encontram na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos, seguido dos que se encontram na faixa de 2 a 5 salários mínimos (205 residentes - 29,29% do total), dos que estão acima de 5 salários mínimos (110 residentes - 15,71% do total) e dos que estão abaixo de 1 salário mínimo (71 residentes - 10,14% do total). É importante também notar que, na Tabela 1, a maior parte dos residentes para cada uma das faixas de renda se encontram na categoria 1, ou seja, os que se consideram “felizes” ou “muito felizes”. A tendência dos residentes em estarem situados na categoria 1 (87,71% do total) é bastante evidente. Porém, à medida que o nível de renda cresce, aumenta também o percentual de entrevistados que se consideram felizes (categoria 1), a qual chega a ser quase 90% para os que recebem mais de 5 salários mínimos, em contraposição àqueles que recebem até um salário (apenas 74,65% estão situados na categoria 1).

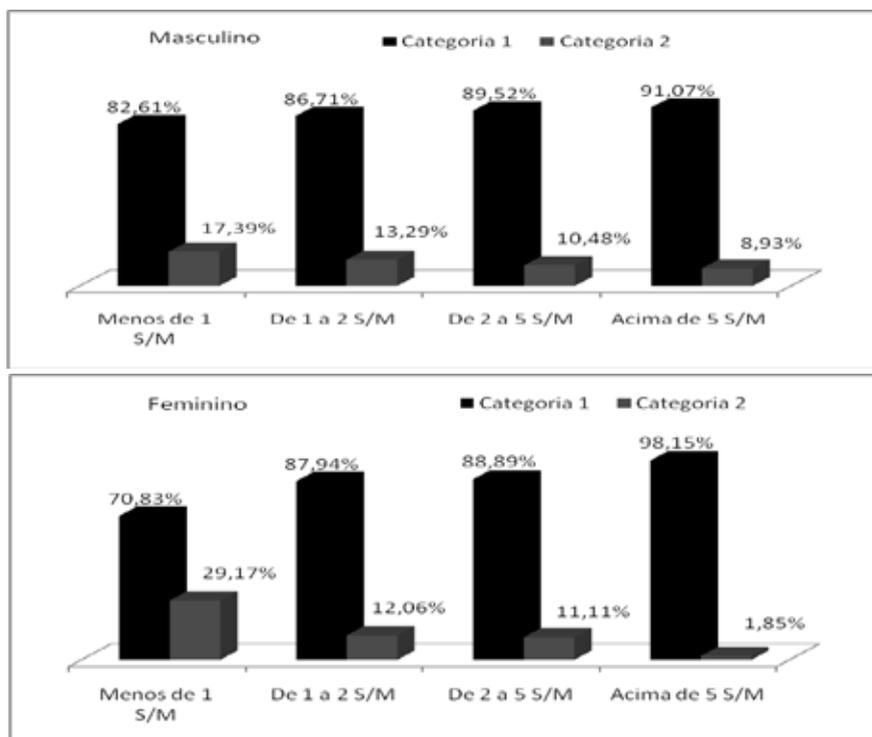
Tabela 2 - Quantitativo de residentes da região metropolitana (masculino e feminino) de acordo com as categorias de grau de felicidade e nível de renda

	Menos de 1 S/M	1 a 2 S/M	2 a 5 S/M	Mais de 5 S/M	Total
Categoria 1	53 (74,65%)	274 (87,26%)	183 (89,27%)	104 (94,55%)	614 (87,71%)
Categoria 2	18 (25,35%)	40 (12,74%)	22 (10,73%)	6 (5,45%)	86 (12,29%)
Total	71 (10,14%)	314 (44,86%)	205 (29,29%)	110 (15,71%)	700 (100,00%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 descreve os percentuais da amostra de residentes dos gêneros masculino e feminino separadamente para as quatro faixas de renda descritas acima e distribuídos de acordo com as categorias 1 e 2. Pode-se observar que a amostra do gênero feminino se mostrou mais sensível aos extremos na faixa de renda. O percentual de residentes do gênero feminino que foram alocados na categoria 2 (“pouco feliz” ou “infeliz”) foi de 29,17%, contra 17,39% da amostra do gênero masculino para a faixa de renda inferior a 1 salário mínimo. Esse mesmo percentual cai para 1,85%, para o gênero feminino (contra 8,93% para o sexo masculino), quando a faixa de renda é superior a 5 salários mínimos.

Gráfico 3 - Distribuição percentual da amostra de residentes por gêneros masculino e feminino separadamente de acordo com a faixa de renda



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro fator socioeconômico que também pode explicar o nível de felicidade é o grau de escolaridade. Assim, a Tabela 2 descreve a análise das duas categorias de acordo com o grau de escolaridade da amostra de residentes da região metropolitana. São considerados na pesquisa quatro níveis distintos de escolaridade: analfabeto, representando aqueles que não sabem ler ou escrever; fundamental, representando a amostra de residentes que chegaram a concluir o ensino fundamental; ensino médio, que representa os residentes que concluíram o ensino médio e superior, o quantitativo da amostra de residentes que concluíram o ensino superior ou pós-graduação. A análise é semelhante à da Tabela 1 só que com enfoque no grau de escolaridade.

Segundo a Tabela 2, a maior parte da amostra dos 700 residentes da região metropolitana está situada na classe de escolaridade dos que concluíram o ensino fundamental e o ensino médio, com 308 observações (44% do total) e 303 observações (43,29% do total), respectivamente,

perfazendo um percentual de 87,29% de toda a amostra situada nessas duas classes de escolaridade. Somente 25 observações (3,57% do total) compõem a classe de analfabeto e 64 observações (9,14% do total) estão na classe dos que concluíram o ensino superior. Pode-se verificar ainda que a maior parte dos entrevistados (87,71% do total) se encontram na categoria 1 (“feliz” ou “muito feliz”) independente também do grau de escolaridade. Contudo, o percentual daqueles que se encontram na categoria 1 tende a aumentar com o grau de escolaridade (passa de 68%, referente a categoria analfabeto, para 95%, referente a ensino superior), indicando os mais escolarizados são mais propensos a serem felizes.

Tabela 3 - Quantitativo da amostra geral de residentes da região metropolitana de acordo com as categorias de grau de felicidade e o grau de escolaridade

	Analfabeto	Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Categoria 1	17 (68,00%)	271 (87,99%)	265 (87,46%)	61 (95,31%)	614 (87,71%)
Categoria 2	08 (32,00%)	37 (12,01%)	38 (12,54%)	03 (4,69%)	86 (12,29%)
Total	25 (3,57%)	308 (44,00%)	303 (43,29%)	64 (9,14%)	700 (100,00%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quesito estado civil, uma parte significativa dos entrevistados tem se mostrado felizes, com destaque para o grupo “Casado”, dos quais quase 90% estão na categoria 1 de nível de felicidade; quase 10% a mais dos que estão no grupo “viúvo”.

Tabela 4 - Quantitativo da amostra geral de residentes da região metropolitana de acordo com as categorias de grau de felicidade e o estado civil

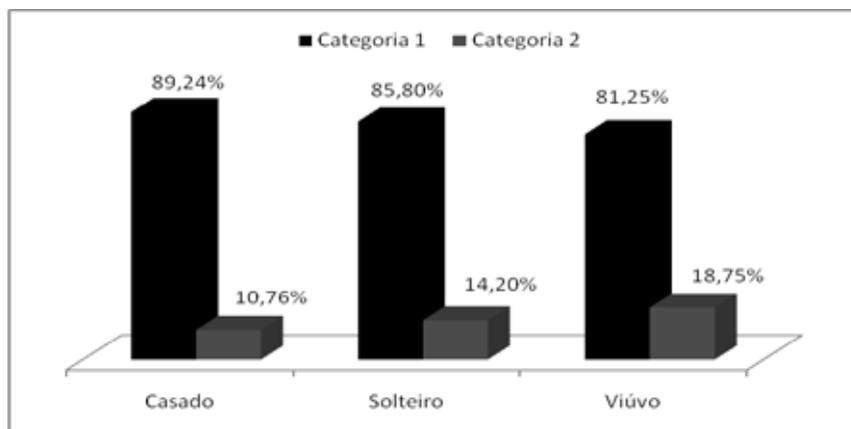
	Casado	Solteiro	Viúvo	Total
Categoria 1	315 (89,24%)	284 (85,80%)	13 (81,25%)	612 (87,43%)
Categoria 2	38 (10,76%)	47 (14,20%)	03 (18,75%)	88 (12,57%)
Total	353 (50,43%)	331 (47,29%)	16 (2,29%)	700 (100,00%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 4 sintetiza a distribuição do percentual das duas categorias de grau de felicidade em função desses três formas de estados civis. Pode-se verificar que há um acréscimo percentual na categoria 2 para a amostra de residentes que se declarou solteiro ou viúvo, com índices de 14,20% e 18,75%, respectivamente, contra 10,76% para a amostra dos que se enquadram no grupo dos casados. Observa-se, ainda, que existe um decréscimo no “grau de felicidade” quando se passa de casado para solteiro e se acentua quando o indivíduo se torna viúvo. Resultado semelhante

foi encontrado quando se fez essa mesma comparação percentual para os gêneros masculino e feminino separadamente.

Gráfico 4 - Resultado geral por estado civil da amostra de residentes da região metropolitana



Fonte: Elaborado pelos autores.

No tocante ao tipo de ocupação, os entrevistados foram divididos em: “pessoas que recebem remuneração pelo trabalho”, representando aqueles que possuem emprego formal ou são autônomos; e, “outros casos”, representando aqueles que estão na situação “desempregado” ou “do lar” ou ainda “estudante”. Dentre os que possuem alguma remuneração do trabalho, 88,03% se consideram felizes (categoria 1), para os demais casos este percentual foi de 11,97%.

Dentro do quadro das ocupações, os entrevistados foram ainda questionados sobre a sua satisfação no trabalho, os quais foram considerados: “satisfeitos”, representando aqueles que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com suas ocupações e “não satisfeitos”, representando aqueles que não estão satisfeitos com suas atribuições e trabalhos. Do total dos que se consideram satisfeitos com a ocupação, 87,93% se consideram felizes (categoria 1), contra 12,06% (referente aos que não estão satisfeitos com o trabalho). No tocante ao gênero masculino, 67,56% se consideravam satisfeitos com a ocupação e 33,24% se consideravam não satisfeitos. Já de acordo com o gênero feminino, esses percentuais são menores (53,77% estão satisfeitas e 46,23% se consideram não satisfeitas).

A situação do imóvel em que habita o entrevistado (se próprio, alugado ou “de parentes”) foi também utilizada para analisar o nível de felicidade dos residentes da região metropolitana. Os entrevistados foram divididos

em duas classes: “próprio”, representando o grupo daqueles que possuem imóveis de sua propriedade e “outros casos”, representando aqueles que habitam em imóveis alugados ou de parentes. Quando o imóvel é caracterizado como “próprio”, 87,71% do total de entrevistados se encontram na categoria 1, enquanto que somente 12,29% se encontram na categoria 2. Nos demais casos, esses percentuais sofrem redução, passando para 77,59% (categoria 1) e 22,41% (categoria 2).

De posse desses resultados prossegue-se uma investigação empírica, a partir de um modelo de regressão *Logit* e *Probit* Ordenado, dos determinantes do estado de felicidade dos residentes da região metropolitana de Recife.

5.2 Análise das Regressões

Os resultados do Modelo *Logit* encontram-se na Tabela 4 e do *Probit* Ordenado na Tabela 5.

A Tabela 4 informa sobre *odds-rate* dos cinco modelos estimados a partir da equação 4, a qual tem como objetivo identificar os determinantes do estado de felicidade dos residentes da região metropolitana de Recife. Desse modo, se o *odd-rate*, condicional a uma característica do indivíduo, for maior que “1” indica que a probabilidade do indivíduo de ser feliz é maior quando a categoria é observada com sucesso do que no caso contrário e, sendo menor que “1”, a interpretação se inverte. Aplicando esta ideia ao caso investigado no presente artigo, sendo o *odd-rate* maior que “1” – como exemplo pode-se pensar na variável “Gênero” que assume valor igual a 1 se o indivíduo for do sexo “masculino” (0, caso contrário), há uma sugestão de que a probabilidade de ser feliz é maior para as pessoas do sexo masculino, quando comparada com a probabilidade dos indivíduos do sexo feminino.

Analisando a Tabela 4, verifica-se que os modelos apresentam um bom grau de ajustamento, com poucas variáveis explicativas estatisticamente não significantes a menos de 8%. Além disso, a informação do Teste da Razão de Verossimilhança indica que as variáveis dos modelos 1, 3 e 4 são conjuntamente significantes a menos de 5%.

De posse dos resultados, há indicações de que os indivíduos que possuem algum vínculo empregatício têm 3,62 vezes mais chances de se considerar felizes do que a categoria de comparação (as pessoas que se definiram na pesquisa na categoria “Do lar” ou “Estudante”). Esse resultado indica que o fato da pessoa ter uma atividade remunerada ou mesmo de fazer parte de um grupo no ambiente de trabalho, interagindo com outras

pessoas, as tornam possivelmente mais felizes do que aquelas que não participam desse convívio. Além do mais, o sentimento obtido pela pesquisa é que muitas mulheres que se definiram “Do Lar” tem baixa autoestima, que possivelmente deve ser resultado da visão “negativa” que a sociedade tem desta categoria, por não possuir uma profissão (trabalho remunerado). O coeficiente para os autônomos, embora tenha apresentado um coeficiente acima de “1”, não se mostrou estatisticamente significativo a 5%.

As pessoas que se consideram satisfeitas com o trabalho também são mais propensas a serem felizes (coeficiente de 2,89); com um índice de quase 3 vezes mais chances de serem felizes do que as que se consideram insatisfeitas com o seu trabalho. Esse resultado vem corroborar ainda mais as nossas expectativas da importância do “trabalho” na vida das pessoas, que transcende o fator “remuneração”; aqui a ideia é que aqueles indivíduos que estão satisfeitos com a atividade desempenhada no seu trabalho, com o relacionado com os seus superiores, com a política de qualidade de vida adotada onde trabalha, entre outros fatores, têm uma maior predisposição a serem felizes quando comparados com aqueles que são insatisfeitos com o trabalho.

Outro importante fator que influencia na qualidade de vida das pessoas está relacionado com a violência urbana. E, de fato, os resultados apontam que os indivíduos que se sentem seguro onde mora são possivelmente, em médias, mais felizes; em comparação com aqueles que não se sentem seguro onde mora, eles têm uma probabilidade de serem felizes em torno de 1,81, relativamente aos que não se sente seguro onde mora.

A variável “imóvel próprio”, importante item da riqueza do consumidor, o qual influencia positivamente a sua função de bem-estar, também se mostrou estatisticamente significativa indicando que aqueles que moram em um imóvel próprio têm 2,15 mais chances de se considerarem felizes, relativamente aos que não possuem imóvel próprio.

Em resumo, estes resultados reforçam a ideia de que questões relacionadas com segurança financeira e com a criminalidade perto do local da residência do indivíduo são de grande importância para a sua função de bem-estar.

O modelo 2 sugere que não há diferenças na probabilidade de ser feliz entre homens e mulheres, o coeficiente (variável “Gênero”) apresentou-se estatisticamente insignificante. Como também, em média, há indicações de que o estado civil do indivíduo não deve influenciar o seu estado de felicidade; não havendo diferenças na probabilidade de ser feliz entre os indivíduos solteiros, casados, divorciados e viúvos.

Tabela 5 – Resultados do Modelo Logit – Odds Rate

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Autônomo (igual a 1; 0 outros casos)	1,55	-	1,36	-	-
	0,985		0,41		
Empregado (igual a 1; 0 outros casos)	3,62*	-	2,45*	-	-
	2,329		0,69		
Satisfeito ou Muito Satisfeito com o Trabalho (igual a 1; 0 outros casos)	2,89*	-	-	-	-
	0,933				
Sente seguro onde mora (igual a 1; 0 outro caso)	1,81**	-	-	-	-
	0,608				
Casa Própria (igual a 1; 0 outro caso)	2,15*	-	-	-	-
	0,69				
Gênero – Masculino (igual a 1; 0 feminino)	-	0,97	-	-	-
		0,23			
Casado (igual a 1; 0 outros casos)	-	1,48	-	-	-
		0,36			
Divorciado (igual a 1; 0 outros casos)	-	0,82	-	-	-
		0,37			
Viúvo (igual a 1; 0 outros casos)	-	0,56	-	-	-
		0,38			
Fundamental ou Médio Incompleto (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	3,29*	-	-
			1,72		
Ensino Médio ou Superior Incompleto (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	2,86*	-	-
			1,48		
Ensino Superior ou Pós-Graduação (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	7,45*	-	-
			5,77		
Salário de 1 a 2 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	2,32*	-
				0,75	
Salário de 2 a 5 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	2,76*	-
				0,98	
Mais de 5 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	5,15*	-
				2,59	
De 16 anos a 25 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,96
					0,49
De 26 anos a 35 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	1,35
					0,66

De 36 anos a 45 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	1,07
					0,55
De 46 anos a 60 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,85
					0,42
LR chi2	21,38*	4,44	16,26*	13,51*	2,31
Log-Verossimilhança	-167,43	-252,72	-246,23	-248,73	-254,22

Fonte: Estimacões realizadas a partir de dados primários coletados pela FAFIRE/GEMEPE (2011)

Nota: Desvio-padrão robusto a presença de heteroscedasticidade e estão abaixo dos coeficientes; significante a 5%; **significante a 8%.

Como é de se esperar, pelos resultados do modelo 3, o estoque de capital humano, representado aqui pelo grau de escolaridade formal influencia positivamente a probabilidade do indivíduo de se considerar feliz. Esses resultados apontam que se o indivíduo possuir pelo menos o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto tem 3,29 mais chances de ser feliz, em comparação com os que são analfabetos; os que têm ensino médio completo ou superior incompleto têm 2,86 mais chances; e os que têm ensino superior completo ou pós-graduação tem 7 vezes mais chances de ser feliz, relativamente a categoria de comparação. Observa-se, portanto, o quanto é importante a relação entre o nível de escolaridade do indivíduo e o seu estado de felicidade, variável esta que é altamente correlacionada com a renda e, além disso, está associada a melhores posições no mercado de trabalho.

Corroborando com o resultado anterior, já que no Brasil há uma alta correlação entre o grau de escolaridade formal do indivíduo e o seu nível de renda, o modelo 4 aponta que a renda do indivíduo é um dos determinantes do seu estado de felicidade, e sugere que quanto maior for a renda, maior será a probabilidade de o indivíduo ser feliz: aqueles que recebem de 1 a 2 salários mínimos tem 2,32 mais chances de serem felizes quando comparado com os que recebem menos de 1 salário mínimo; se o indivíduo tem um renda do trabalho de 2 a 5 salários mínimos essa razão aumenta para 2,76; e os que recebem mais de 5 salários mínimos tem 5,15 mais chances de serem felizes. Essa relação positiva entre a renda e o estado de felicidade dos indivíduos também foi evidenciada para o Brasil por Corbi e Menezes - Filho (2006).

O modelo 5 busca identificar se há diferenças entre a probabilidade de ser feliz entre indivíduos de diferentes faixas etárias, mas não foram encontradas evidências estatísticas para esta relação.

Apenas para dar robustez aos resultados obtidos pela estimação do Modelo *Logit*, a Tabela 5 apresenta os resultados dos cinco modelos aplicando o *Probit* Ordenado. De posse dos resultados, obtêm-se novamente indicações de que se o indivíduo for satisfeito com o seu trabalho e se sentir seguro onde mora é possivelmente mais feliz do que aqueles que não estão satisfeitos com o seu trabalho e que acham o lugar onde mora violento (ver resultados do modelo 1). De acordo com o modelo 2 há uma relação positiva entre o estado civil “casado” e o estado de felicidade do indivíduo, sugerindo que o casamento, em média, tornam as pessoas mais felizes. Quanto ao nível de escolaridade, observa-se que só a variável “ensino superior” mostrou-se estatisticamente significativa, o que aponta que as pessoas graduadas são mais felizes do que as analfabetas. O modelo 4, que relaciona os estratos da renda com o estado de felicidade dos entrevistados, condiz com os resultados do Modelo *Logit*, o qual mostra que há uma relação positiva e crescente entre o estrato da renda do indivíduo e o seu estado de felicidade. E, o modelo 5 não mostrou significância estatística da relação entre a idade do indivíduo e o seu estado de felicidade.

Tabela 6 – Resultados do Modelo *Probit* Ordenado

Variáveis	Modelo1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Autônomo (igual a 1; 0 outros casos)	0,132	-	0,039	-	-
	0,381		0,129		
Empregado (igual a 1; 0 outros casos)	0,392	-	0,233*	-	-
	0,376		0,111		
Satisfeito ou Muito Satisfeito com o Trabalho (igual a 1; 0 outros casos)	0,306*	-	-	-	-
	0,126				
Sente seguro onde mora (igual a 1; 0 outro caso)	0,285*	-	-	-	-
	0,125				
Casa Própria (igual a 1; 0 outro caso)	0,028	-	-	-	-
	0,134				
Gênero – Masculino (igual a 1; 0 feminino)	-	0,010	-	-	-
		0,878			
Casado (igual a 1; 0 outros casos)	-	0,161**	-	-	-
		0,919			
Divorciado (igual a 1; 0 outros casos)	-	0,582	-	-	-
		0,196			
Viúvo (igual a 1; 0 outros casos)	-	-0,423	-	-	-

Fundamental ou Médio Incompleto (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	0,391	-	-
			0,309		
Ensino Médio ou Superior Incompleto (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	0,462	-	-
			0,309		
Ensino Superior ou Pós-Graduação (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	0,738*	-	-
			0,333		
Salário de 1 a 2 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	0,464*	-
				0,151	
Salário de 2 a 5 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	0,479*	-
				0,154	
Mais de 5 SMs (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	0,616*	-
				0,169	
De 16 anos a 25 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,0946
					0,162
De 26 anos a 35 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,367
					0,152
De 36 anos a 45 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,227
					0,164
De 46 anos a 60 (igual a 1; 0 outros casos)	-	-	-	-	0,306
					0,171
LR chi2	14,02*	7,57	13,46*	14,07*	0,83**
Log-Verossimilhança	-480,09	-645,41	-645,49	-645,91	-648,91

Fonte: Estimacões realizadas a partir de dados primários coletados pelo GEMEPE (2011)

Nota: Desvio-padrão robusto a presença de heteroscedasticidade e estão abaixo dos coeficientes; *significante a 5%; **significante a 8%.

6 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo identificar os determinantes do estado de felicidade de uma amostra de 700 indivíduos residentes da região metropolitana do Recife. A análise baseou-se em uma análise descritiva dos dados, e na estimacão de um modelo probabilístico, o *Logit*, a partir do qual se investigaram os fatores sociais e econômicos, em especial, aqueles que influenciam o estado de felicidade dos entrevistados.

Os principais resultados apontam que se o indivíduo for assalariado, ele tem uma maior probabilidade de se considerar feliz, em comparação com os que não exercem atividade remunerada. Também há indicações de que a renda e o nível de educação formal influenciam positivamente o estado de felicidade dos entrevistados. Outro fato a observar é que os que são casados também são mais propensos a serem felizes. Além disso, os resultados sugerem que fatores relacionados ao trabalho do indivíduo e a sua percepção quanto ao local onde mora influenciam no seu estado de felicidade; aqueles que possuem imóvel próprio, que são satisfeitos com o trabalho e que se sentem seguros onde moram são mais propensos a serem felizes.

Os fatores sociais e econômicos apontam que se o indivíduo for assalariado, ele tem uma maior probabilidade de se considerar feliz, em comparação com os que não exercem atividade remunerada. Também há indicações de que a renda e o nível de educação formal influenciam positivamente o estado de felicidade dos entrevistados.

Os resultados, portanto, indicam que variáveis não econômicas são também importantes para análises de bem-estar e de “felicidade”, as quais se mostraram significantes, pelo menos para a amostra entrevistada, sugerindo que tais fatores devem ser considerados em análises como esta.

Como sugestões de políticas que visem aumentar o nível de bem-estar dos residentes da região metropolitana do Recife, propõem-se que sejam adotadas medidas que melhorem a eficiência da segurança pública, assim como a realização de pesquisas que visem analisar os impactos dos fatores socioeconômicos estudados neste artigo de forma isolada e mais aprofundada. Como exemplo, seria interessante verificar o impacto da expansão de financiamentos de casas populares e do acesso da população à educação formal como forma de melhorar o índice de felicidade desses indivíduos.

Referências

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Felicidade: em direção a uma abordagem holística para o desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <<http://www.visaofuturo.org.br/informativo/2011/Agosto/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20ONU%20Promove%20Indicadores%20de%20Felicidade.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, v. 87, p. 115-143, nov. 1998.

- CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Economia Política*, v. 26, n. 4, p. 518-536, out./dez. 2006.
- DEATON, A. *Microeconometric analysis for development policy: an approach from household surveys*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1995.
- DEATON, A. S.; MUELLBAUER, J. *Economics and consumer behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- FISHER, F. M. Household Equivalence Scales and Interpersonal Comparisons. *Review of Economic Studies*, v. 54, n. 3, p. 519-24, july, 1987.
- FISHER, F. M. Household equivalence scales: reply. *Review of Economic Studies*, v. 57, n. 190, p. 329-30, abr. 1990.
- FREY, B. S.; STUTZER, A. Measuring Preferences by Subjective Well-being. *JITE*, v. 155, n. 4, p. 755-788, dec. 1999.
- FREY, B. S.; STUTZER, A. *Happiness and economics: how the economy and institutions affect well-being*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- FONSECA, E. G. *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1993.
- HELLIWELL, J. F. How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being. *Economic modelling*, v. 20, n. 2, p. 331-360, 2003.
- JORGENSON, D. W.; Lau, L.; Stoker, T. Welfare comparison under exact Aggregation. *The American Economic Review*, v. 70, n. 2, p. 268-72, 1980.
- KAHNEMAN, D. Experienced utility and objective happiness: a moment-based approach. In: KAHNEMAN, D; TVERSKY, A (Ed.). *Choices, values, and frames*. New York: Russell Sage Foundation; Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000. p. 673-692.
- MARINHO, E.; ARAÚJO, J. Pobreza e o sistema de seguridade social rural no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 161-174, 2010.
- OSWALD, A. J. "Happiness and economic performance". *Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1815-31, apr. 1997.
- ROBACK, J. M. *The value of local urban amenities: theory and measurement*. Dissertation (PhD) - Department of Economics, University of Rochester, 1980.

ROBACK, J. Wages, rents and the quality of life. *Journal of Political Economic*, v. 90, n. 6, p. 1257-1278, dec. 1982.

ROSEN, S. On a Wage based index of urban quality of life. In: MIESZKOWSKI, P.; STRASSHEIM, M. (Ed.). *Studies in Urban Economics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979. p. 74-104, v. 2.